



Bancários defendem contratações, PLR mais justa e Caixa 100% pública



Para defender a Caixa 100% pública, o pagamento justo da PLR e mais contratações, as entidades representativas e o movimento sindical, juntamente com os trabalhadores do banco, fizeram um tuitaço na terça-feira, 06/04. Utilizando as hashtags #PGNaoCumpreAcordo, #MaisEmpregadosMenosFilas e #Caixa100Publica, os empregados e os movimentos associativos denunciaram a falta de respeito da direção do banco com os direitos dos trabalhadores.

Os representantes dos empregados denunciam que o erro no pagamento da PLR, feito com base na divisão linear

entre todos os empregados de 3% do lucro líquido, e não de 4%, como determina o Acordo Coletivo, foi “má fé” da direção do banco. Por outro lado, tanto as entidades quanto os empregados cobram da Caixa mais contratações. A carência de funcionários tem exigido jornadas exaustivas, gerando um grande estresse e risco de adoecimento dos bancários.

Recentemente, a Caixa anunciou a contratação de mais 2.766 empregados, mas o número é insuficiente para cobrir o déficit de quase 20 mil trabalhadores. Leia mais sobre esse assunto no portal www.pactu.org.br

Bradesco antecipa calendário da vacina contra a gripe H1N1

Atendendo às reivindicações da Comissão de Organização dos Empregados (COE), o Bradesco informou que o calendário da vacina da gripe H1N1 para todos os funcionários do banco será antecipado para o dia 19 de abril. A COE considera a medida necessária, em função do cenário atípico causado pela pandemia da covid-19. Os representantes dos empregados pediram que as regiões mais frias, que têm o inverno mais rigoroso, sejam priorizadas neste início da campanha de vacinação.

TESTAGEM PARA OS DEPENDENTES - Outro tema debatido com a direção do banco e que obteve avanço foi a ampliação da testagem da covid-19 para os dependentes dos funcionários. O pedido foi atendido pelo Bradesco, que irá viabilizar os testes em todo o país. Será adotado o mesmo modelo do ano passado e sem a necessidade de um pedido médico e de um quadro clínico ativo. Basta se dirigir aos laboratórios credenciados até o dia 16 de abril. A COE já solicitou a extensão desse prazo. Leia mais em www.pactu.org.br

Vacinação Abaixo-assinado pede inclusão dos bancários no grupo prioritário

A Fetec-CUT/PR e seus sindicatos filiados seguem na luta para que a categoria bancária seja incluída no grupo prioritário para receber a vacina contra a covid-19. Desta vez, as entidades estão promovendo um abaixo-assinado virtual como forma de pressionar o governo do Paraná a incluir os bancários e bancárias no Plano Estadual de Imunização (PEI) contra a covid-19. O movimento sindical justifica que os bancários prestam um papel importante à sociedade durante a pandemia, até porque a atividade bancária é classificada como essencial. No entanto, mesmo com os protocolos implementados pelos bancos, esses trabalhadores estão diariamente expostos ao risco de contaminação. Leia mais em www.pactu.org.br

COE Santander debate saúde



Em reunião realizada dia 05/04, com a Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Santander, o banco apresentou respostas para uma série de reivindicações na área da saúde. São questões relacionadas à emissão da CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho), atestado médico, exames periódicos, demissionais e de retorno e vacina contra o H1N1 que, segundo o banco, terá calendário iniciado após o dia 15 de abril. Detalhes em www.pactu.org.br

Após pressão, BB compra acrílico para proteger funcionários

Após pedido do Comando Nacional dos Bancários e da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB), o banco autorizou a compra de acrílicos para mesas de atendimento e para guichês de caixa. A autorização foi comunicada no dia 01/04. A Comissão considerou a notícia como mais um avanço conquistado pelos funcionários e que vem num momento de alto risco de contaminação pelas novas variantes do coronavírus. A compra do material será feita de forma descentralizada e por cada unidade. A CEBB e o Comando Nacional dos Bancários cobram da direção do BB o atendimento a outras reivindicações já apresentadas ao banco. Uma delas é a da redução de atendimento ao público para até as 14 horas. Detalhes em www.pactu.org.br

Câmara aprova “camarote da vacina” e oficializa o fura-fila



O plenário da Câmara dos Deputados aprovou na noite de terça-feira, 06/04, o texto-base do projeto de lei 948/2021, que permite a compra de vacinas contra a covid-19 pela iniciativa privada. O projeto permite que as doses adquiridas sejam aplicadas em diretores e funcionários de empresas. O PL, que ainda será apreciado pelo Senado, altera a Lei 14.125, aprovada em março e que permitia a aquisição de vacinas por empresas desde que fossem todas doadas ao SUS. Os partidos de oposição, o movimento sindical e diversos segmentos da sociedade criticaram a proposta. Argumentam que o descaso do governo Jair Bolsonaro (ex-PSL) na compra de vacinas faz do Brasil um dos países mais atrasados no mundo na vacinação, que deve atingir toda a população só em 2023. Portanto, entendem que a lei aprovada pela Câmara coloca o Brasil em posição vergonhosa, ao permitir no meio da maior pandemia da história, que o poder do dinheiro crie privilégios e autorize os ricos furarem a fila da vacinação. Leia mais em www.pactu.org.br

Tarso: “Genocídio vai dominar debate eleitoral de 2022”



A Fetec-CUT/PR promoveu, no dia 06/04, um debate sobre a conjuntura política e jurídica do país, com Tarso Genro, advogado, ex-ministro da Justiça e ex-governador do Rio Grande do Sul. O evento, realizado por videoconferência, foi coordenado por Deonísio Schmidt, presidente da Fetec-CUT/PR e Nasser Allan, advogado do Instituto Declatra.

Ao longo de uma hora, Tarso apresentou sua visão dos fatos mais importantes e recentes do país, como a elegibilidade do ex-presidente Lula e a reforma ministerial do governo Bolsonaro. Na opinião de Tarso, o próximo governo de Lula será mais ao centro ou mais à esquerda, de acordo com o adversário que ele enfrentar no segundo turno, em 2022. Tarso acredita que Lula pode se eleger presidente e tem certeza de que o genocídio promovido por Bolsonaro será elemento importante do debate eleitoral no próximo ano.



Autogolpe é mais um fracasso de Bolsonaro

Nas últimas semanas ficou evidente que a crise militar provocada pelo presidente Jair Bolsonaro (ex-PSL) com o comando das Forças Armadas e a ameaça de intervenção nas polícias estaduais aponta para uma tentativa de provocar anarquia e levar a um golpe de Estado. É isto o que concluem lideranças políticas e ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Bolsonaro nunca escondeu suas intenções, joga no quanto pior, melhor, e demonstra um certo ar de satisfação com o caos instalado no país.

De olho no calendário, no dia 31 de março, aniversário de 57 anos do golpe de 1964, o presidente tentou botar as tropas nas ruas sob um suposto objetivo de garantir a livre circulação. Esse era o plano. Para isso, derrubou o ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, mas colheu como fruto a demissão coletiva dos comandantes das Forças Armadas e a evidência de que tudo foi bastante traumático para o Exército, a Marinha e a Aeronáutica. Não se tinha uma crise com essa importância desde 1977, quando um general tentou derrubar o Ernesto Geisel do governo.

Nas próprias Forças Armadas, no Congresso, no Judiciário e em vários setores da sociedade, inclusive do empresariado, o

sinal de alerta foi acionado. Analistas afirmam que Bolsonaro tinha um plano sinistro, mas falta a ele a compreensão de que no Brasil não existe mais espaço para o autoritarismo. O trauma dos 21 anos de repressão ainda está vivo no seio da sociedade, tornando o retorno da ditadura algo impensável nos dias de hoje, mesmo sob o comando de um grande líder, alguém com ampla compreensão dos problemas do Brasil e capaz de apresentar rapidamente as soluções para a grave crise atual, o que não é o caso.

Mesmo esse grande líder admirado pela maioria, dotado de integridade, apatidário, afeto às boas práticas, sem rejeição política e com trânsito livre, à esquerda e à direita, centro e extremos, dificilmente convenceria 210 milhões de pessoas e todas as instituições democraticamente constituídas, a viverem sob a sua soberania totalitária.

E Bolsonaro está muito longe de ser um grande líder. É visto aqui e no mundo como o verdugo do Planalto, o devoto da cloroquina, o presidente do tratamento precoce, o amigo do Queiroz, o pai do senador das rachadinhas e da mansão de 6 milhões de reais. Como disse um ministro militar, se Bolsonaro tentar um golpe não leva três soldados atrás dele.

Orçamento favorece Bolsonaro, mas prejudica servidores e programas sociais

Aprovado pelo Congresso Nacional com três meses de atraso e troca de farpas entre a equipe econômica do governo e os deputados da base aliada, o Orçamento da União para 2021 é um dos piores dos últimos anos. O projeto é criticado pela maioria dos analistas. Eles apontam uma série de falhas graves, como inflação subestimada, omissão de despesas obrigatórias e aumento de R\$ 26 bilhões para obras eleitoreiras nos estados. O déficit orçamentário supera 36 bilhões de reais.

Com o aumento de valores, as emendas parlamentares vão o custar R\$ 51,8 bilhões. Esse dinheiro é carreado para obras em bases eleitorais de deputados e senadores nos estados, o que, portanto, se traduz em votos. Aprovar um orçamento desta forma foi um golpe comparável às “pautas-bomba” que a Câmara fez na gestão de Eduardo Cunha no governo de Dilma Rousseff. Mas é assim que o “centrão” joga e Bolsonaro conhece as regras. O problema é que o governo atua no mesmo nível.

De olho na reeleição em 2022, Bolsonaro conseguiu incremento polpudo de verbas para bancar ações populistas, mas promoveu cortes profundos em setores como a saúde, a educação, a agricultura e ao apoio às micro e pequenas empresas. Somente a área da saúde deixará de receber 36 bilhões de reais, que poderiam ser utilizadas no combate à pandemia da covid-19.

Vale lembrar que o orçamento desses setores, que já eram insuficientes, estavam congelados desde a Emenda Constitucional 95, aprovada no governo Temer. Há que se lembrar também que o Orçamento 2021 traz embutido, por conta da PEC Emergencial, 15 anos de congelamento dos salários dos servidores e vedação de novos concursos. Há unanimidade entre os economistas de que o orçamento aprovado pode travar de vez a economia, aumentar o desemprego e agravar muito a crise econômica e social nos próximos anos. O governo tem prazo até 22 de abril para sancionar ou vetar todo ou parte do projeto.